

## BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE FORTALEZA

## Termo de Referência 4/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	160045-BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE FORTALEZA	PEDRO AUGUSTO BARBOSA DE LIMA	15/06/2026 11:07 (v 0.21)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	1/2026	64242.000139/2026-31

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A aquisição dos itens de mobiliário contidos na tabela abaixo visa atender as demandas da Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza e das Organizações Militares da Guarnição de Fortaleza vinculadas administrativamente a esta Base (10ª RM, 23º BC, 10º D Sup, P Mnt/10, CMF, 10º CGCFEx, HGeF, 52º CT, Cia C/ 10ª RM e 16ª Cia PE) e 1º Grupamento de Engenharia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	CatMat	Descrição	Und Med	Quantidades das OM							Qnt Total	Vlr Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
				B Adm	CMF	10ªRM	10ºD SUP	HgeF	1º Gpt E	Pq Mnt /10			
1	458191	Aparelho ar condicionado. Capacidade refrigeração: 18.000 btu; características adicionais 1: controle remoto s/fio, inverter ou superior; tipo: split hi wall; tensão: 220 v; com certificação INMETRO, Portaria INMETRO nº 269, de 22/06/21. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos das Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011; e Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade – rac do produto e trata da etiquetagem compulsória.	Unidade	24	4	8	3	8	2	3	52	R\$ 2.930,00	R\$ 152.360,00
2	440747	Aparelho ar condicionado. capacidade refrigeração: 24.000 btu, tensão: 220 v, tipo: split, modelo: split características adicionais 1: inverter ou superior; controle remoto/display digital/timer/selo procel, com certificação INMETRO, Portaria nº 269, de 22/06/21. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos das Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011; e Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade – rac do produto e trata da etiquetagem compulsória.	Unidade	15	4	8	3	8	2	3	43	R\$ 3.603,81	R\$ 154.963,83
3	458192	Aparelho ar Condicionado. Tipo: Split Hi Wall; capacidade refrigeração: 12.000 BTU; tensão: 220 V. Características Adicionais 1: Controle Remoto s/fio, inverter ou superior; com certificação INMETRO, Portaria nº 269, de 22/06/21. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos das Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011; e Portaria	Unidade	14	5	8	0	10	2	5	44	R\$ 2.005,32	R\$ 88.234,08

		INMETRO n.º 410, de 16/08/2013, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade – rac do produto e trata da etiquetagem compulsória.											
4	297474	Aparelho ar condicionado. Tipo: split hi wall; capacidade refrigeração: 9.000 btu/h; características adicionais: unidades interna/externa e controle remoto sem fio. Dados complementares: 220 v, inverter ou superior, com selo procel, com certificação INMETRO, Portaria nº 269, de 22/06/21. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos das Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011; e Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade – rac do produto e trata da etiquetagem compulsória.	Unidade	5	6	10	0	5	2	2	30	R\$ 1.782,96	R\$ 53.488,80
5	293530	Aparelho ar condicionado. Tipo: split; modelo: cassete; capacidade refrigeração: 48.000 btu/h; vazão ar: 30 a 58 m3/min; tensão: 220 v; frequência: 60 hz; características adicionais: timer, controle remoto, filtro purificador antifúngico; quantidade fases:1 un. Dados complementares: 220 v, inverter ou superior, com selo procel, com certificação INMETRO, Portaria nº 269, de 22/06/21. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos das Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011; e Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade – rac do produto e trata da etiquetagem compulsória.	Unidade	11	5	9	0	5	0	0	30	R\$ 12.350,00	R\$ 370.500,00
6	355747	Aparelho Ar Condicionado. Tipo: Split; modelo: Teto/Piso; capacidade Refrigeração: 36.000 BTU; tensão: 220 V; nível Ruído Interno: entre 47 e 59DB. Características Adicionais 1: Ciclo Frio, inverter ou superior, Selo Procel, controle Remoto Sem Fio. Dados complementares com certificação INMETRO, Portaria INMETRO nº 269, de 22/06/21. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos das Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011; e Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade – rac do produto e trata da etiquetagem compulsória.	Unidade	3	4	6	0	3	0	2	18	R\$ 7.450,00	R\$ 134.100,00
7	605224	Aparelho de jantar chá e café. Material: porcelana; apresentação: conjunto com 42 peças; cor: branca; composição: 6 pratos fundos, 6 pratos rasos, 6 pratos sobremesa.	Unidade	2	1	15	0	10	0	0	28	R\$ 623,50	R\$ 17.458,00
8	612611	Armário copa/cozinha. Material: mdf; tipo: balcão; acabamento superficial: laminado liso; quantidade portas: 2 un; quantidade prateleiras: 1 un, largura: 2,26 m; profundidade: 0,50 m; altura: 0,92 m. Dados complementares: para este item relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no anexo I da instrução normativa ibama nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981. (fte – categoria indústria de madeira: código 7-4 descrição fabricação de estruturas de madeira e móveis).	Unidade	4	1	5	2	3	0	0	15	R\$ 349,00	R\$ 5.235,00
9	612610	Armário copa/cozinha. Material: mdf; tipo: de parede; acabamento superficial: laminado liso; quantidade portas: 4 un; quantidade prateleiras: 2 un; largura: 2,22 m; profundidade: 0,50 m; altura: 1 m. Dados complementares: para este item relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no anexo I da instrução normativa ibama nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981. (fte – categoria indústria de madeira: código 7-4 descrição fabricação de estruturas de madeira e móveis).	Unidade	7	1	3	0	5	0	0	16	R\$ 1.490,00	R\$ 23.840,00
		Armário escritório. Material madeira: aglomerada. Quantidade de portas: 2 un. Material das portas: madeira aglomerada. Quantidade de prateleiras: 3 un. Material das prateleiras: madeira, revestimento laminado melamínico baixa pressão. Largura 90 cm. Altura 1,60 m. Profundidade 50 cm. Características adicionais com dobradiça, fechadura. Dados complementares: puxadores, com duas chaves, cor cinza, material base aço com sapatas niveladoras, tipo alto. Espessura											

10	461467	tampo 15 mm. Para este item relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no anexo I da instrução normativa Ibama nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981. (fte – categoria indústria de madeira: código 7-4 descrição fabricação de estruturas de madeira e móveis).	Unidade	19	10	5	2	5	0	4	45	R\$ 829,00	<b>R\$ 37.305,00</b>
11	474480	Armário escritório. Material: aglomerado mdf, quantidade de portas: 2 un, material porta: madeira mdf, quantidades prateleiras: 5 un, material das prateleiras: aglomerado mdf, largura: 800 mm, altura: 1900 mm, profundidade: 450 mm. Para este item relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no anexo I da Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23/08/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo inciso II, do artigo 17 da lei nº 6.938, de 1981. (fte – categoria indústria de madeira: código 7-4 descrição fabricação de estruturas de madeira e móveis).	Unidade	10	10	5	2	10	0	2	39	R\$ 870,00	<b>R\$ 33.930,00</b>
12	474044	Armário Aço. Material: Aço , Acabamento Superficial: Pintura Lisa , Cor: Verde-Oliveira , Quant Portas: 2 UN, Quantidade Prateleiras: 6 UN, Altura: 2 m, Largura: 0,97 m, Profundidade: 0,50 m, Aplicação: Vestiário , Características Adicionais: Porta Cabides/Porta Toalhas. Padrão D Abst nr 50/2020. Roupeiro Militar FEPOM.	Unidade	8	10	2	10	10	0	0	40	R\$ 1.240,00	<b>R\$ 49.600,00</b>
13	238082	Armário Estante. Material: MDP. Tipo: alto, semi-aberto. Revestimento: laminado fenólico melamínico. Largura: entre 80cm e 100cm. Profundidade: entre 45cm e 50cm. Altura: entre 160cm e 180cm. Cor: cinza ou ovo. Quantidade Prateleiras Externas: 1 ou 2 UN. Quantidade Portas: 2 UN com altura entre 65cm e 80cm. Quantidade Prateleiras Internas: 1 UN. Espessura do Tampo: entre 2cm e 2,5cm. Espessura Corpo: entre 1,8cm e 2,5cm. Características Adicionais: prateleiras reguláveis, dobradiças e fechadura metálica, sapatas niveladoras.	Unidade	1	1	4	0	10	0	0	16	R\$ 900,26	<b>R\$ 14.404,16</b>
14	388812	Aspirador de pó e água. Material: plástico injetado; capacidade: 20 L; tensão alimentação: 220 v; características adicionais: bocais, prolongador e filtro de papel; potência mínima: de 1.200 w. Com certificação do inmetro, portaria n.º 148 de 28/03/2022.	Unidade	4	6	2	0	3	0	0	15	R\$ 364,50	<b>R\$ 5.467,50</b>
15	351291	Bebedouro água garrafão. Material: aço inoxidável; tipo: vertical elétrico; capacidade: 20 L; voltagem: 220 V. Características Adicionais: 2 Torneiras desmontáveis água natural/gelada. Dados complementares: sistema de refrigeração por compressor e certificação do inmetro, portaria n.º 344 de 22/07/2014.	Unidade	28	10	10	5	10	0	5	68	R\$ 697,50	<b>R\$ 47.430,00</b>
16	307496	Bebedouro água. Tipo: industrial. Características adicionais: devera conter 4 torneiras latão cromado; voltagem: 220 v; capacidade água: 100L material corpo: aço inoxidável. Com certificação do INMETRO, Portaria n.º 344 de 22/07/2014.	Unidade	14	10	1	4	3	1	0	33	R\$ 2.295,96	<b>R\$ 75.766,68</b>
17	291303	Cadeira escolar. Material estrutura: aço, tratamento superficial: pintado em epóxi; cor estrutura: preta, material encosto: espuma poliuretano injetado; material assento: espuma poliuretano injetado; material revestimento assento e encosto: vinil; tipo base: fixa; características adicionais: prancheta escamoteável p/ destro, porta-livros, sapatas anti-derrapantes.	Unidade	25	1	0	0	0	0	0	26	R\$ 776,00	<b>R\$ 20.176,00</b>
18	238354	Cadeira Escolar. Material Estrutura: metálica; tratamento superficial: pintado em epóxi; cor estrutura: preta; material encosto: compensado revest. c/ espuma poliuretano injetada; material assento: compensado revest. c/ espuma poliuretano injetada; material revestimento assento e encosto: tecido; cor revestimento: azul; espessura espuma: 30 cm; tipo base: com prta livros / sapatas anti-derrapantes; características adicionais: prancheta escamoteável para canhoto, contra; material borda: PVC rígido. Com certificação do INMETRO, Portaria n.º 401 de 28/12 /2020.	Unidade	40	100	0	10	0	0	0	150	R\$ 394,00	<b>R\$ 59.100,00</b>
19	355589	Cadeira escritório. Material estrutura: aço cromado; material revestimento assento e encosto: couro; material encosto: espuma	Unidade	51	11	6	8	22	0	19	117	R\$	<b>R\$</b>

		injetada; material assento: espuma injetada; tipo base: giratória; tipo encosto: alto; apoio braço: com braços; cor: preta. Características adicionais: tipo poltrona presidente. Dados complementares: cor: preta.												1.000,00	<b>117.000,00</b>
20	355787	Cadeira escritório. Material estrutura: aço cromado. Material revestimento assento e encosto: couro. Material encosto: espuma injetada. Material assento: espuma injetada. Tipo base: giratória. Tipo encosto: médio. Apoio braço: com braços. Cor: preta. Características adicionais: tipo poltrona diretor. Dados complementares: cor: preta.	Unidade	35	15	18	10	23	19	3	123			R\$ 675,99	<b>R\$ 83.146,77</b>
21	290750	Cadeira sobre longarina. Material assento e encosto espuma injetada; material: revestimento assento e encosto courvin; quantidade: assentos 5. Características adicionais: com braços fixos; material estofamento: espuma de poliuretano injetado; material estrutura: tubo aço; acabamento superficial longarina: pintura em epóxi, cor longarina preta.	Unidade	1	6	2	5	10	5	0	29			R\$ 801,00	<b>R\$ 23.229,00</b>
22	276875	Cadeira Sobre Longarina. Material assento e encosto: compensado multilaminado; material revestimento assento e encosto: tecido 100% Poliéster; cor: azul; quantidade assentos: 4. Características adicionais: com prancheta escamoteável aglomerado revestida; material estofamento: espuma pliuertano injetada / moldada; material estrutura: aço temperado; acabamento superficial longarina: pintura em epóxi; cor Longarina: Preta.	Unidade	12	5	2	5	30	5	0	59			R\$ 850,00	<b>R\$ 50.150,00</b>
23	364039	Cadeira sobre longarina. Material assento e encosto: polipropileno; cor: cinza; quantidade assentos: 3 un. Características adicionais: sem braço; comprimento longarina: aproximadamente 1,65 cm; largura longarina: aproximadamente 63 cm; material estrutura: tubo aço; acabamento superficial longarina: pintura eletrostática em epóxi-pó; cor longarina: preta/azul.	Unidade	3	5	3	10	20	0	0	41			R\$ 420,00	<b>R\$ 17.220,00</b>
24	302124	Cadeira. Material: plástico; cor: branca. Características adicionais: empalháveis; tipo: com braço. Dados complementares: com certificação do INMETRO, Portaria n.º 166 de 14/04/2021 e capacidade mínima de carga de 140 Kg.	Unidade	40	100	50	25	0	0	0	215			R\$ 59,79	<b>R\$ 12.854,85</b>
25	424283	Cama. Material: madeira mogno; tipo: box/solteiro; comprimento: 1,88 m; largura: 0,88 m; características adicionais: tecido jacquard/ espuma selada/ densidade 33. Dados complementares: com colchão.	Unidade	1	1	1	0	5	0	0	8			R\$ 600,00	<b>R\$ 4.800,00</b>
26	414015	Cama. Material: madeira tratada reflorestamento; tipo: box; comprimento: 1,98 m; largura: 1,58 m; tratamento superficial: tecido 51% viscose e 49% poliéster bordado, pillow. Dados complementares: com colchão.	Unidade	2	1	1	0	3	0	0	7			R\$ 1.470,00	<b>R\$ 10.290,00</b>
27	614484	Carrinho Distribuição. Material Bandeira: aço inoxidável. Material Estrutura: aço inox Aisi 304. Tipo: plataforma. Tipo Rodízio: 2 fixos e 2 giratórios. Aplicação: transporte de bandejas e pratos. Comprimento: entre 85 cm a 120 cm. Largura: entre 600 cm e 900 cm Altura: entre 900 cm e 110 cm. Observações: capacidade total de transporte entre 120 kg e 200 kg e contendo 3 prateleiras com varanda.	Unidade	1	5	1	0	5	0	0	12			R\$ 1.289,00	<b>R\$ 15.468,00</b>
28	459469	Colchão. Tipo espuma, material espuma poliuretano/ convencional, densidade d-33, tecido de revestimento misto algodão e viscose, tamanho: largura x comprimento 0,78 x 1,88 m, tamanho: altura 0,18 m, características adicionais tecido antialérgico (antifungo / antimoho / antiácido). Dados complemenares: com certificação do INMETRO, conforme Portaria nº 79, 03/02/11.	Unidade	67	10	2	30	10	0	0	119			R\$ 350,00	<b>R\$ 41.650,00</b>
29	459443	Colchão. Tipo: espuma; material: espuma extrafirme/ alta resistência; densidade: d-45; tecido de revestimento: misto algodão e viscose; tamanho: largura x comprimento: 1,58 x 1,98 m; tamanho altura: 0,20 m; características adicionais: tecido antialérgico (antifungo/antimoho /antiácido)	Unidade	12	1	1	0	5	0	0	19			R\$ 1.199,00	<b>R\$ 22.781,00</b>
30	356678	Dispensador de Senhas. tipo: manual. Características aicionais: com porta bobina de 2000 senhas em plastico Abs.	Unidade	1	2	0	0	5	0	0	8			R\$ 100,00	<b>R\$ 800,00</b>
31	607557	Escada doméstica. Material: alumínio; número degraus: 8 un; características adicionais: pés antiderrapantes, trava de segurança; capacidade: 120 kg; tipo: dobrável.	Unidade	2	6	1	5	5	0	0	19			R\$ 273,15	<b>R\$ 5.189,85</b>
32	626897	Estação Trabalho. Tipo: multifuncional com painel divisor. Componentes: 4 mesas multifuncionais. Comprimento: 2,80 m. Largura: 2,80 m. Altura: 1,15 m. Características Adicionais: passagem de fiação em cada mesa. Estrutura: aço. Acabamento. Estrutura: pintado em Epóxi. Espessura Tampo: 15 mm. Tipo Tampo: madeira Mdp.	Conjunto	5	1	1	2	5	0	0	14			R\$ 3.700,00	<b>R\$ 51.800,00</b>

33	613257	Estação de Trabalho. Tipo: Modular. Componentes: 02 Mesas. Comprimento: 290 cm. Largura: 140 cm. Altura: 76 cm. Características Adicionais: Tampo Inteirico Em L. Revestimento: Laminado Melamínico. Estrutura: Metálica. Acabamento Estrutura: Pintado Em Epóxi. Material Perfil: Madeira. Cor: ovo ou cinza. Espessura Tampo: 25 mm. Laterais E Divisórias: curvos. Largura Laterais: 140 cm. Altura Laterais: 110 cm. Espessura Laterais: entre 20mm e 25 mm. Tipo Tampo: Madeira Mdf. Comprimento Tampo: 290 cm. Largura Tampo: 140 cm. Comprimento Pannel: 175 cm. Observação: o tampo de cada mesa deve possuir passagem para fiação.	Conjunto	1	1	1	2	5	0	0	10	R\$ 2.474,12	R\$ 24.741,20
34	613256	Estação de Trabalho. Componentes: 01 Mesa. Comprimento: 140 cm. Largura: 140 cm. Altura: 76 cm. Características Adicionais: Tampo Inteirico Em L. Revestimento: Laminado Melamínico. Estrutura: Metálica. Acabamento Estrutura: Pintado Em Epóxi. Material Perfil: Madeira. Cor: ovo ou cinza. Espessura Tampo: 25 mm. Laterais e Divisórias: Curvos. Largura Laterais: 140 cm. Altura Laterais: 110 cm. Tipo Tampo: Madeira Mdf. Comprimento Tampo: 200 cm. Largura Tampo: 175 cm. Comprimento Pannel: 175 cm. Observação: o tampo de cada mesa deve possuir passagem para fiação.	Unidade	12	6	2	8	3	0	0	31	R\$ 799,50	R\$ 24.784,50
35	234932	Estante metálica. Material: aço; altura 2,00 m; largura: 1,02m; profundidade: 0,55 m; tipo prateleiras: desmontável, graduável, dupla face; quantidade de prateleiras: 5 un; cor cinza.	Unidade	21	10	1	5	20	0	3	60	R\$ 1.268,00	R\$ 76.080,00
36	317246	Ferro passar roupa. Tipo: elétrico vapor e spray; tensão alimentação: 220 v; características adicionais: anti-aderente, auto limpante, lâmpada piloto; consumo: 0,96 kw.	Unidade	15	1	1	0	3	0	0	20	R\$ 113,45	R\$ 2.269,00
37	368734	Fogão gás. Material: aço. Tipo fogão: convencional; qntidade boca: 5 un. Características adicionais: autolimpante, automático, tampa vidro temperado; voltagem: 220v; cor: branca. Dados complementares: com certificação do INMETRO, Portaria n.º 08 de 05/01/2022. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos das Portaria INMETRO nº 18, de 15/01/2008, Portaria INMETRO nº 400, de 01/08/2012 alterada pela portaria INMETRO n.º 496, de 10/10/2013.	Unidade	2	2	1	0	2	1	0	8	R\$ 1.201,39	R\$ 9.611,12
38	449962	Fragmentadora papel. Material: metal/plástico abs; capacidade fragmentação: 15 fl; tensão motor: 220 v ou bivolt; abertura: entre 217mm e 230 mm; capacidade lixeira: entre 20 a 25 L; tipo: automática. Características adicionais: papeis, grampos, cartão, cd; nível de ruído; entre 50 e 65 DB. Dados complementares: classe de proteção 1, nível de segurança 2, corte em tiras de 6mm.	Unidade	16	10	1	1	5	0	0	33	R\$ 1.390,00	R\$ 45.870,00
39	445210	Freezer horizontal. Capacidade: min 510 L; quantidade de portas: 2; cor: branca; temperatura operação: (-16 º À -20º) E (+1 º À +7º) ºC; voltagem: 220v. Características adicionais: dreno Frontal com tampa e rodízios. Dados complementares: só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ence na classe a (mais eficiente) nos termos da Portaria INMETRO / ME número 332- de 02/08/2021.	Unidade	7	4	4	0	2	0	2	19	R\$ 3.400,00	R\$ 64.600,00
40	400722	Frigobar. Capacidade: 120L. Tensão de Alimentação: 220V. Cor: branca. Características Adicionais: selo PROCEL.	Unidade	7	1	2	2	10	0	5	27	R\$ 1.330,00	R\$ 35.910,00
41	473626	Gaveteiro móvel. Material: aço inoxidável; quantidades gavetas: 4 un; altura: 1,34 m; largura: 0,47 m; profundidade: 0,71 m; cor: cinza. Características adicionais: para pastas suspensa com fechadura que trava e rodízio. Dados complementares: para este item relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no anexo I da Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23/08/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981. (fte – categoria indústria de madeira: código 7-4 descrição fabricação de estruturas de madeira e móveis).	Unidade	1	8	2	0	5	0	0	16	R\$ 949,20	R\$ 15.187,20
42	362341	Gaveteiro móvel. Material: madeira mdf; quantidade gaveta: 4 un; altura: aproximadamente entre 650 e 740 mm; largura: entre 390 e 470 mm; profundidade: entre 420 e 495 mm; cor: cinza. Dados complementares: para este item relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no anexo I da Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23/08/2021, só será admitida a oferta de produto cujo	Unidade	11	20	4	0	10	0	0	45	R\$	R\$

		fabricante esteja regularmente registrado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981. (fte – categoria indústria de madeira: código 7-4 descrição fabricação de estruturas de madeira e móveis).										379,50	<b>17.077,50</b>
43	444161	Máquina café. Potência: 1.400 w; tensão alimentação: bivolt; capacidade água: 1,8 L; capacidade grãos café: 250 g; características adicionais: utilização de café em pó ou grãos; largura: 430 mm; altura: 238 mm; profundidade: 338 mm; pressão bomba d_água: 15 bar; cor: preta.	Unidade	7	1	2	0	2	0	0	12	R\$ 3.075,90	<b>R\$ 36.910,80</b>
44	269352	Máquina lavadora. voltagem: 110/220 v; características adicionais: operação lavagem de peças com solvente sob pressão; largura: 450 mm; comprimento: 600 mm; altura: 870 mm.	Unidade	9	4	2	0	2	0	0	17	R\$ 1.352,69	<b>R\$ 22.995,73</b>
45	449998	Máquina lavar roupa. Tipo: automática; capacidade: 15 kg; aplicação: doméstica; lavagem/ enxágue e centrifugação; características adicionais: tampa abertura frontal/ sistema de lavagem/ funções; voltagem: 220 v; material cesto: aço inoxidável.	Unidade	12	4	1	0	2	1	0	20	R\$ 1.989,00	<b>R\$ 39.780,00</b>
46	457153	Mapoteca Material: Chapa Aço 24. Tratamento Superficial: pintura anticorrosiva. Largura: entre 1204 mm e 1300 mm. Altura: entre 713 mm e 800 mm. Profundidade: entre 770 mm e 900 mm. Características Adicionais: deslizamento por trilho, Capacidade de: 250 mapas ou 35 Kg por gaveta. Quantidade Gavetas: 5 (Deslizantes). Observação: com porta etiqueta para identificação, modelo estacionário com pés ou móvel com 4 rodízios.	Unidade	1	1	0	0	0	0	0	2	R\$ 4.748,94	<b>R\$ 9.497,88</b>
47	630279	Mesa. Material Estrutura: Mdp. Material Tampo: Mdp. Material Borda: Fita De Borda. Comprimento: 900 MM. Largura: 600 mm. Altura: 740 mm. Espessura Tampo: 15 mm. Revestimento: Melamínico. Dimensões Tampo: 740 X 900X 600 mm. Características Adicionais: 2 Espaçadores Injetados Poliestireno.	Unidade	31	1	2	0	2	0	0	36	R\$ 492,90	<b>R\$ 17.744,40</b>
48	269444	Mesa centro. material estrutura: aço; material tampo: vidro fumê temperado; formato: retangular; comprimento: 120 cm; largura: 60 cm; altura: 38 cm; acabamento estrutura: pintura epóxi.	Unidade	15	1	1	0	2	0	0	19	R\$ 2.214,63	<b>R\$ 42.077,97</b>
49	296859	Mesa copa/cozinha. Material mesa: madeira maciça; forma mesa: retangular; comprimento mesa: 1,80 m; largura mesa: 1,50 m; quantidade cadeiras: 8 un; material cadeira: madeira maciça; altura mesa: 0,78 m.	Unidade	23	5	0	0	8	0	0	36	R\$ 2.535,00	<b>R\$ 91.260,00</b>
50	415922	Mesa de mayo. Material: estrutura tubular em aço inox; altura: altura regulável; componentes: bandeja aço inox mínimo de 46 x 30 cm; outros componentes: 3 rodízios.	Unidade	15	1		2	5	0	0	23	R\$ 340,00	<b>R\$ 7.820,00</b>
51	476425	Mesa escritório. Material estrutura: tubo aço; material tampo: madeira; revestimento tampo: laminado melamínico baixa pressão; cor tampo: madeirado; largura: entre 1500 mm e 1600 mm; profundidade: entre 500 mm e 600 mm; altura: 740 mm; padrão acabamento tampo: madeirado; cor estrutura: grafite ou preta; acabamento estrutura: pintura eletrostática a pó; espessura tampo: 25 mm; características adicionais: mesa em "L". Dados complementares: para este item relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no anexo I da Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23/08/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981. (fte – categoria indústria de madeira: código 7-4 descrição fabricação de estruturas de madeira e móveis).	Unidade	37	2	4	4	5	0	15	67	R\$ 881,65	<b>R\$ 59.070,55</b>
52	479513	Mesa plástica. Material plástico; formato retangular; cor branca; comprimento 71 cm, largura 74,5 cm, aplicação trabalhos de campo; altura 72 cm. Características adicionais: dobrável.	Unidade	1	1	3	8	0	0	0	13	R\$ 342,50	<b>R\$ 4.452,50</b>
53	275047	Mesa plástica. Material plástico; formato: quadrado; cor: branca; comprimento: 71 cm; largura: 70 cm; aplicação: trabalhos de campo.	Unidade	30	20	50	20	10	0	0	130	R\$ 87,00	<b>R\$ 11.310,00</b>
54	627976	Mesa Refeitório. Material tampo: vidro; espessura: 0,8 cm; diâmetro: 160 cm; altura: 0,78 m; acabamento bordas: lapidação meia cana; material estrutura: aço carbono; acabamento superficial estrutura: galvanizado; características adicionais: 8 cadeiras aço carbono, estofadas em couro. Dados complementares: couro preto.	Unidade	11	1	15	0	15	0	0	42	R\$ 3.676,00	<b>R\$ 154.392,00</b>
		Mesa secretária. Largura 0,60 m; comprimento 1,20 m; cor tampo:											

55	361367	cinza; características adicionais: com 2 gavetas; altura 0,74 m; material estrutura: madeira compensada, espessura tampo 25 mm. Dados complementares: para este item relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no anexo I da Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23/08/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981. (fte – categoria indústria de madeira: código 7-4 descrição fabricação de estruturas de madeira e móveis).	Unidade	10	10	2	10	10	0	0	42	R\$ 534,00	R\$ <b>22.428,00</b>
56	258401	Perfuradora papel para espiral. material: metal; funcionamento: elétrico; tipo furo: redondo; capacidade perfuração: 20 fl; diâmetro furos: variável mm; uso: encadernação; características adicionais: margeador lateral e de profundidade c/ 3 posições comprimento perfuração: 38 cm.	Unidade	3	6	1	0	2	0	0	12	R\$ 1.589,64	R\$ <b>19.075,68</b>
57	216588	Persiana. Material: PVC - cloreto de polivinila; tipo: horizontal; tipo de luminosidade: não apliável; tratamento superficial: eletrostático; tamanho: 25 mm; aplicação: ambiente doméstico. Dados complementares: altura: 1,50 m. largura: 2,50 m; cor: branca.	Metro Quadrado	64	60	10	30	10	0	20	194	R\$ 198,55	R\$ <b>38.518,70</b>
58	447928	Poltrona reclinável. Cor: bege; componentes: assento, encosto, apoio braços e pés articulados; características adicionais: apoio para pés acoplado a poltrona; acabamento: assento, encosto, pés e braços estofados; largura: 74 cm; profundidade: 74 cm; estrutura: tubular; aplicação: hospitalar.	Unidade	11	1	0	0	10	0	0	22	R\$ 1.144,00	R\$ <b>25.168,00</b>
59	603220	Púlpito portátil. Material: acrílico; espessura do tampo: 10 mm; altura 130 cm; profundidade: 40 cm; largura: 60 cm; características adicionais: conforme modelo do órgão. Dados complementares: com rodízios.	Unidade	17	6	1	2	3	0	2	31	R\$ 1.240,00	R\$ <b>38.440,00</b>
60	240619	Quadro branco, material: fórmica, acabamento superficial moldura: alumínio, cor moldura: natural, finalidade: lançamento informações, largura: 120 cm, comprimento: 250 cm, tipo fixação: parede, material moldura: alumínio CM, componentes adicionais: suporte para apagador e para lápis. descrição complementar: quadro branco para escrita tampo de chapa de fibra de madeira 3 mm de reflorestamento moldura em alumínio (1,6 cm de espessura e 1,5 cm de frente). acompanha porta caneta fixo em polietileno. cantoneira em polietileno.	Unidade	26	5	2	10	10	0	0	53	R\$ 501,00	R\$ <b>26.553,00</b>
61	331178	Refrigerador doméstico. Capacidade: 280 L; voltagem: 220 v; características adicionais: compartilhamento com congelador interno. Dados complementares: cor branca, frost free. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ence na classe a (mais eficiente) nos termos da Portaria INMETRO / ME número 332- de 02/08/2021.	Unidade	13	6	1	0	3	0	0	23	R\$ 2.977,98	R\$ <b>68.493,54</b>
62	470946	Refrigerador duplex. Capacidade refrigeração: 450 L; sistema degelo: frost free; tensão alimentação: 220 v; características adicionais: etiqueta eficiência energética "A"; tipo: vertical. Dados complementares: cor branca. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ence na classe a (mais eficiente) nos termos da Portaria INMETRO / ME número 332- de 02/08/2021.	Unidade	14	4	1	0	2	1	0	22	R\$ 3.424,33	R\$ <b>75.335,26</b>
63	381009	Sofá. Material estrutura: madeira compensada; material estofamento: espuma poliuretano injetado; revestimento: couro sintético; cor: preta; características adicionais: com braços em madeira maciça; quantidade assentos: 3 un; largura: 1900 mm; profundidade: 650 mm; altura: 760 mm. Dados complementares: para este item relacionado, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no anexo I da Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23/08/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981. (fte – categoria indústria de madeira: código 7-4 descrição fabricação de estruturas de madeira e móveis).	Unidade	26	6	1	1	5	0	2	41	R\$ 1.460,00	R\$ <b>59.860,00</b>
64	449909	Soprador. Tipo: portátil; acionamento: gasolina; potência: 2.5 hp; volume ar: 29 m³/min; aplicação: remoção de folhas de árvores; características adicionais: motor 2 tempos; velocidade: 7.200 rpm. Com certificação da Portaria INMETRO nº 148 de 28/03/2022.	Unidade	13	15	1	5	2	0	4	40	R\$ 939,00	R\$ <b>37.560,00</b>
		Televisor Smart. Tamanho tela: 70"; voltagem: bivolt; características adicionais: 4k, 2 hdmi, 2 usb, bluetooth, tipo tela: led ou superior, com											

65	484399	conversor digital integrado; acessórios: controle remoto. Dados complementares: com tecnologia de espelhamento de tela, definição 4k e certificação do INMETRO. Portaria n.º 377 de 14/09/21. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente).	Unidade	13	2	1	1	2	0	0	19	R\$ 4.173,26	R\$ <b>79.291,94</b>
66	444252	Televisor Smart. Tela: 60"; voltagem: bivolt; características adicionais: smart tv, entradas hdmi/usb, com conversor digital integrado; tipo tela: led; acessórios: controle remoto/sleep time/vhf/uhf e tv a cabo. Dados complementares: com tecnologia de espelhamento de tela, definição 4k, bluetooth, wifi e certificação do INMETRO. Portaria n.º 377 de 14/09/21. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente).	Unidade	7	2	3	5	0	1	2	20	R\$ 2.998,00	R\$ <b>59.960,00</b>
67	601702	<b>Televisor Smart. Tamanho Tela: 55". Voltagem: bivolt. tipo tela: led; acessórios: controle remoto/sleep time/vhf/uhf e tv a cabo. Dados complementares: com conversor digital integrado, com tecnologia de espelhamento de tela, definição 4k, bluetooth, wifi, entradas HDMI, USB e certificação do INMETRO. Portaria n.º 377 de 14/09/21. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente).</b>	Unidade	12	2	8	2	10	0	0	34	R\$ 2.219,00	R\$ <b>75.446,00</b>
68	607237	<b>Televisor Smart. Tamanho Tela: 32". Voltagem: bivolt. tipo tela: led; acessórios: controle remoto/sleep time/vhf/uhf e tv a cabo. Dados complementares: com conversor digital integrado, alta definição, entradas HDMI, USB, wifi, bluetooth e certificação do INMETRO. Portaria n.º 377 de 14/09/21. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente).</b>	Unidade	10	2	8	3	5	0	0	28	R\$ 982,50	R\$ <b>27.510,00</b>
69	215089	Ventilador teto. material corpo: náilon; material pás: polipropileno com tratamento ultravioleta; cor: branca; capacidade ventilação: 18 m2 ; rotação máxima: 450 rpm; envergadura: 1,10 m; comprimento: 54,50 cm; altura: 22 cm; profundidade: 23 cm; peso total: 5,80 kg; características adicionais: com luminária. Dados complementares; com certificação da Portaria INMETRO n.º 299 de 09/07/2021. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ence na classe a (mais eficiente) nos termos da Portaria INMETRO nº 20, de 18/01/2012.	Unidade	2	1	12	5	10	0	0	30	R\$ 217,00	R\$ <b>6.510,00</b>
70	443423	Ventilador. Tipo: parede; potência motor: 200 w; tensão alimentação: 220v; características adicionais: com 3 hélices de plástico injetado; material: plástico; diâmetro: 60 cm. Dados complementares; com certificação da Portaria INMETRO n.º 299 de 09/07/2021. Só será aceito proposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ence na classe a (mais eficiente) nos termos da Portaria INMETRO nº 20, de 18/01/2012.	Unidade	85	100	5	20	10	10	8	238	R\$ 194,90	R\$ <b>46.386,20</b>
71	607073	Ventilador de Parede. Tipo: parede; Potência Motor: 1/2 CV . Tensão Alimentação: 110/220 V. Características Adicionais: 3 hélices de plásticas e grade metálica. Diâmetro: 100 Cm.	Unidade	75	1	2	10	0	0	0	88	R\$ 854,39	R\$ <b>75.186,32</b>
72	388821	Cadeira Refeitório acabamento superficial: secagem e tratamento em estufa, altura: 89, características adicionais: sapatas em alumínio, comprimento: 50, estrutura: madeira tauari, largura: 47, material assento e encosto: espuma d-26, revestidos em couro ecológico	Unidade	300	1	8	0	60	0	0	369	R\$ 455,00	R\$ <b>167.895,00</b>
73		(Cota reservado do item nº 1) Aparelho ar condicionado. Capacidade refrigeração: 18.000 btu; características adicionais 1: controle remoto s /fio, inverter; tipo: split hi wall; tensão: 220 v; com certificação INMETRO, Portaria INMETRO nº 269, de 22/06/21. Só será aceito poposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos das Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011; e Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade – rac do produto e trata da etiquetagem compulsória.	Unidade	10	1	2	1	2	0	1	17	R\$ 2.930,00	R\$ <b>49.810,00</b>
74		(Cota reservado do item nº 2) Aparelho ar condicionado. capacidade refrigeração: 24.000 btu, tensão: 110/220 v, tipo: split, modelo: split inverter, características adicionais 1: controle remoto/display digital /timer/selo procel, com certificação INMETRO, Portaria nº 269, de 22/06/21. Só será aceito poposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos	Unidade	8	1	2	1	2	0	0	14	R\$ 3.603,81	R\$ <b>50.453,34</b>



		das Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011; e Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade – rac do produto e trata da etiquetagem compulsória.												
75		(Cota reservado do item nº 3) Aparelho ar Condicionado. Tipo: Split Hi Wall; capacidade refrigeração: 12.000 BTU; tensão: 220 V. Características Adicionais 1: Controle Remoto S/Fio, Inverter; com certificação INMETRO, Portaria nº 269, de 22/06/21. Só será aceito poposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos das Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011; e Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade – rac do produto e trata da etiquetagem compulsória.	Unidade	6	0	2	0	0	0	0	8	R\$ 2.005,32	R\$ 16.042,56	
76		(Cota reservado do item nº 5) Aparelho ar condicionado. Tipo: split; modelo: cassette; capacidade refrigeração: 48.000 btu/h; vazão ar: 30 a 58 m3/min; tensão: 220 v; frequência: 60 hz; características adicionais: timer, controle remoto, filtro purificador antifúngico; quantidade fases:1 un. Dados complementares: 220 v, inverter, com selo procel, com certificação INMETRO, Portaria nº 269, de 22/06/21. Só será aceito poposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos das Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011; e Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade – rac do produto e trata da etiquetagem compulsória.	Unidade	5	0	1	0	0	0	0	6	R\$ 12.350,00	R\$ 74.100,00	
77		(Cota reservado do item nº 6) Aparelho Ar Condicionado. Tipo: Split; modelo: Teto/Piso; capacidade Refrigeração: 36.000 BTU; tensão: 220 V; nível Ruído Interno: 57 DB. Características Adicionais 1: Ciclo Frio, Selo Procel, controle Remoto Sem Fio. Dados complementares com certificação INMETRO, Portaria INMETRO nº 269, de 22/06/21. Só será aceito poposta que possua a etiqueta nacional de conservação de energia – ENCE na classe a (mais eficiente) nos termos das Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011; e Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade – rac do produto e trata da etiquetagem compulsória.	Unidade	1	2	2	0	0	0	0	5	R\$ 7.450,00	R\$ 37.250,00	
78		(Cota reservado do item nº 19) Cadeira escritório. Material estrutura: aço cromado; material revestimento assento e encosto: couro; material encosto: espuma injetada; material assento: espuma injetada; tipo base: giratória; tipo encosto: alto; apoio braço: com braços; cor: preta. Características adicionais: tipo poltrona presidente. Dados complementares: cor: preta.	Unidade	17	4	2	2	8	0	5	38	R\$ 1.000,00	R\$ 38.000,00	
79		(Cota reservado do item nº 20) Cadeira escritório. Material estrutura: aço cromado. Material revestimento assento e encosto: couro. Material encosto: espuma injetada. Material assento: espuma injetada. Tipo base: giratória. Tipo encosto: médio. Apoio braço: com braços. Cor: preta. Características adicionais: tipo poltrona diretor. Dados complementares: cor: preta.	Unidade	17	0	2	0	7	6	0	32	R\$ 675,99	R\$ 21.631,68	
80		(Cota reservado do item nº 49) Mesa copa/cozinha. Material mesa: madeira maciça; forma mesa: retangular; comprimento mesa: 1,80 m; largura mesa: 1,50 m; quantidade cadeiras: 8 un; material cadeira: madeira maciça; altura mesa: 0,78 m.	Unidade	9	1	0	0	2	0	0	12	R\$ 2.535,00	R\$ 30.420,00	
81		(Cota reservado do item nº 54) Mesa Refeitório. Material tampo: vidro; espessura: 0,8 cm; diâmetro: 160 cm; altura: 0,78 m; acabamento bordas: lapidação meia cana; material estrutura: aço carbono; acabamento superficial estrutura: galvanizado; características adicionais: 8 cadeiras aço carbono, estofadas em courino. Dados complementares; courino preto.	Unidade	4	0	5	0	5	0	0	14	R\$ 3.676,00	R\$ 51.464,00	
82		(Cota reservado do item nº 72) Cadeira Refeitório acabamento superficial: secagem e tratamento em estufa, altura: 89, características adicionais: sapatas em alumínio, comprimento: 50, estrutura: madeira tauari, largura: 47, material assento e encosto: espuma d-26, revestidos em couro ecológico	Unidade	100	0	2	0	20	0	0	122	R\$ 455,00	R\$ 55.510,00	
VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS													R\$ 3.987.480,09	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado da data da assinatura do termo contratual ou a data de publicação do contrato no Diário Oficial da União.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O grau de prioridade desta contratação é alto, tendo em vista a necessidade de renovação de mobiliário da B Adm Gu Fortaleza e suas OMV.

1.7. Informa-se que a execução do objeto desta contratação não possui vinculação ou dependência técnica com outros documentos de demanda ou contratações concomitantes, sendo sua execução autônoma.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000424/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 31/05/2024;

III) Id do item no PCA: ;3472 a 3654 e 4752 a 4897

IV) Classe/Grupo: 3710, 3750, 4240, 4510, 4540, 4610, 5110, 5120, 6130, 6505, 6532, 6810, 6840, 6850, 7220, 7240, 7350, 7920, 7930, 8030, 8105, 8145, 8310, 8415, 8440, 8510, 8520, 8540, 9150, 9160, 9330;

V) Identificador da Futura Contratação: 16045-24/2025 e 16045-114/2025.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. As contratadas deverão cumprir o Previsto no Art 5º da Instrução Normativa 01, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Gestão, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, em especial incisos III e IV, transcritos abaixo:

4.1.1.1. "III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente [Cr (VI)], cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados PBDEs)."

4.1.2. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

FTEs	Categorias e Temas	Código	Atividades	Itens
Categoria 4	Indústria Mecânica	4-1	Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície.	-
Categoria 5	Indústria de Material Elétrico	5-1	Fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores.	-
	Eletrônico e Comunicações	5-2	Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática.	-
		5-3	Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.	1 ao 6, 14 ao 16, 36, 38 ao 40, 43 ao 45, 62 e 64 ao 71
Categoria 7	Indústria de Madeira	7-1	Serraria e desdobramento de madeira.	-
		7-3	Fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada.	38, 48 e 50
		7-4	Fabricação de estruturas de madeira e móveis	8 ao 11, 13, 25, 26, 32 ao 34, 41, 42, 47, 49 e 51

Categoria 8	Indústria de Papel e Celulose	8-2	Fabricação de papel e papelão.	-
Categoria 9	Indústria de Borracha	9-1	Beneficiamento de borracha natural.	17 a 26, 28 e 29
Categoria 11	Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	11-1	Beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos.	-
		11-2	Fabricação e acabamento de fios e tecidos.	-
		11-3	Tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos.	-
Categoria 12	Indústria de Produtos de Matéria Plástica	12-2	Fabricação de artefatos de material plástico.	52, 53, 59, 60 e 72

**Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, apenas características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares anexo a este Termo de Referência.

**Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Não haverá vedação de marca ou produtos desde que os itens fornecidos atendam as especificações contidas nos Estudos Técnicos Preliminares anexo a este Termo de Referência.

**Da exigência de amostra**

4.4. Não será exigida amostra dos itens fornecidos.

**Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Não será exi

**Subcontratação**

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação contida nos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.8. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.8.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.8.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

#### **Margem de Preferência:**

4.42. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência de 10 %, normal prevista no Decreto nº RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4, DE 18 DE 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na OUTUBRO DE 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da assinatura da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguintes endereços:

- **23º Batalhão de Caçadores** - Avenida 13 de Maio, nº 1.589, Fátima, Fortaleza - CE CEP 60.040-531;
- **Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza;** Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134;
- **10º Centro de Gestão, Contabilidade e Financeiro do Exército;** Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134;
- **52º Centro de Telemática;** Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134; e
- **16º Companhia de Polícia do Exército,** Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134;

- **10ª Região Militar** - Av. Alberto Nepomuceno, s/n - Centro, Fortaleza - CE, 60055-000;
- **10º Depósito de Suprimento**- R. Marechal Bittencourt, 100 - Dias Macêdo, Fortaleza - CE, 60860-275;
- **Hospital Geral de Fortaleza** - Av. Des. Moreira, 1500 - Aldeota, Fortaleza - CE, 60170-002
- **Parque Regional de Manutenção/ 10;** Av. Eduardo Girão, 1533 - Fátima, Fortaleza - CE, 60415-075;
- **Comando 1º Grupamento de Engenharia**, (Serviço Regional materiais de limpeza, higiene e conservação de Obras de Fortaleza (SRO/10) e Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente pela SPIMA/10), os bens deverão ser entregues nas instalações do 23º Batalhão de Caçadores, no endereço: Av. Treze de Maio Nr 1589, Fátima, CEP 60040-531, Fortaleza - CE; no horário, das 09:00h às 11:30h e 13:00 às 16:30h, nos dias úteis, de segunda-feira a quinta-feira e, na sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas.

5.4. Todas as entregas deverão ocorrer:

**De segunda a quinta-feira:** no horário das 8 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas; e

**Nas sextas-feiras:** no horário das 8 horas às 12 horas

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. As que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de

justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 24% (vinte e quatro por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 18% (dezoito por cento) a 24% (vinte e quatro por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 12% (doze por cento) a 18% (dezoito por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 6% (seis por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

### **Cessão de Crédito**

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado pela OM Gerenciadora, de acordo com pesquisa de preço realizada para este processo.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral, para cada empenho.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. Tendo como base o fato do fornecimento do objeto ser integral para cada empenho, não será exigida a Qualificação Econômico-Financeira do fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.25. Tendo em vista o objeto da contratação se tratar da aquisição de materiais manufaturados e acabados, não será exigida a qualificação técnica dos fornecedores.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.26. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 3.987.480,09 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta reais e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

*10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

*10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

*10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

*10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

*10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

***(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)***

### **1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no subitem 1.4, deste Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Fortaleza, Seção Judiciária de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEANDRO RODRIGO LANDOSKI**

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 12:03:00.

**LETICIA SOUZA DE OLIVEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 11:58:28.*

**PEDRO AUGUSTO BARBOSA DE LIMA**

membro da Equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 11:51:20.*

**LERICHE ALBUQUERQUE BARROS**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 11:07:09.*